

ARTHUR VIRGÍLIO

Sempre recomendo a leitura do livro "A marcha da insensatez" (de Troia ao Vietnã), da historiadora inglesa Barbara Tuchman. Na lenda, o rei Príamo não ouviu Cassandra e ordenou a entrada, nas muralhas de sua cidade, do cavalo abandonado, à beira do oceano, pelos gregos. Para o monarca, seria oferenda a Apolo, pela profanação do seu templo por Aquiles. Ou um tributo a Poseidon, implorando por águas calmas no retorno à casa. Expressão, enfim, de gregos derrotados e símbolo da invencibilidade de Troia. O resto da lenda é bem conhecido.

Napoleão foi aconselhado a não invadir a Rússia, com armas pesadas e no inverno. Hitler, depois, repetiu a temeridade, com armamentos mais pesados ainda. Conheceram a derrota.

Os EUA entraram na guerra do Vietnã para substituir os franceses e, imme-

diatamente, negociar a paz. A insensatez prevaleceu e tudo terminou com a derrota da superpotência, diante do inimigo liderado por Ho-Chi-Min e pelo gênio militar de Giap.

Pois o PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos) é uma insensatez. Confuso, acena com um conjunto de ações que deveriam resultar em 27 proposições legislativas a serem encaminhadas ao Congresso neste ano.

Dá sinal verde para o MST invadir propriedades produtivas à vontade. Tenta, pelo controle estatal, amordaçar a liberdade de imprensa e informação. E, pretendendo investigar torturas e desaparecimentos durante o regime militar, mexe num vespeiro. Reabrir as feridas que a Lei de Anistia mandou fechar e que tanta dor custaram aos brasileiros? Querem punir generais que já morreram? Ou pretendem afrontar os de hoje, que tinham 15 anos quando a violência de ambas as partes foi cometida? Por que a insana vontade de di-

vidir o país, outra vez?

Insensatez que deve ser derrotada. Propus, então, a convocação, para depoimento no Senado, dos ministros da Defesa, da Justiça e da Secretaria dos Direitos Humanos, acompanhados dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Do mesmo modo, propus projeto de Decreto Legislativo que susta (art.49, inc.V, da Constituição), o Decreto 7.037/09, sobre o PNDH-3. Tomei tal atitude por entender que esse diploma entra em flagrante conflito com o texto constitucional.

Minha família sempre foi vítima de golpes e ditaduras. Meu avô presidia o Tribunal de Justiça do Amazonas quando Vargas fechou o Judiciário. Meu pai era líder do governo Goulart no Senado quando o golpe de 64 lhe ceifou a carreira política aos 48 anos. Apesar disso, não considero justo mexer no assunto. É insensatez fazê-lo. É contra o Brasil.

ARTHUR VIRGÍLIO é líder do PSDB no Senado.